

DESAMPARO ORIGINÁRIO E CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE OCIDENTAL

Paulo Ferrareze Filho¹
Sarah Yasmin Fonseca²

RESUMO: O presente artigo busca refletir, a partir do conceito psicanalítico de desamparo originário, os modos como o a subjetividade ocidental buscou amenizar a sensação de desamparo psíquico. Para tanto, aponta diferenças entre a subjetividade ocidental e oriental, seus modos de pensar e perceber, bem como de construir suas filosofias e religiosidades. Ainda, analisa as relações de paridade entre platonismo, cristianismo e contratualismo como antídotos contra o vácuo subjetivo causado pelo desamparo.

Palavras-chaves: Desamparo originário. Ocidente. Subjetividade.

ABSTRACT: The present article seeks to reflect, from the psychoanalytic concept of original helplessness, the ways in which Western subjectivity sought to soften the sense of psychic helplessness. To do so, he points out differences between the subjectivity of Westerners and Easterners, their ways of thinking and perceiving, as well as building their philosophies and religiosities. Still, it analyzes the parity relations between Platonism, Christianity and contractualism as antidotes against the subjective vacuum caused by the helplessness.

Keywords: Original helplessness. Eastern. Subjectivity.

INTRODUÇÃO

A instalação de constructos metafísicos na política, na filosofia e na religião ocidentais reclamam uma indagação sobre as causas de suas criações e permanências. A hipótese do presente artigo é de que o conceito de desamparo originário pode justificar a criação de entidades metafísicas que foram se desenvolvendo e se repaginando ao longo da história do ocidente, desde a antiguidade até hoje. O desamparo faz com que tenhamos a necessidade psicológica de colocar algo ou alguém no lugar simbólico do Pai de carne e osso, lacuna preenchida pelo idealismo platônico, por Deus e pelo Estado moderno. Para confirmar essa hipótese o presente trabalho investiga, inicialmente, as diferenças entre a subjetividade ocidental e oriental, para, depois, discorrer sobre o desenvolvimento dos sistemas de pensamento que permanecem, com poucas alterações, vigentes até nossos dias

¹ Doutor em Filosofia do Direito (UFSC). Mestre em Hermenêutica Jurídica (UNISINOS). Professor de Psicologia Jurídica e Advogado.

² Especialista em Ensino a Distância (FACULDADE AVANTIS). Graduada em Direito (FACULDADE AVANTIS). Advogada.

nos campos da filosofia, da religiosidade e da política, notadamente a partir do platonismo, do cristianismo e do contratualismo.

SUBJETIVIDADE OCIDENTAL, SUBJETIVIDADE ORIENTAL

A divisão do mundo entre ocidente e oriente remonta ao Império Romano na antiguidade. Diocleciano, imperador romano do século III D.C., para amenizar a crise pela qual atravessava o vasto império romano e agradar a seus filhos, resolveu dividir o Império, fazendo de Roma a capital do Império do Ocidente, e de Constantinopla, a capital do Império do Oriente. Essa divisão política separou também a religião cristã que estava em sua aurora. Do lado ocidental, a Igreja Católica Apostólica Romana, comandada pelo Papa; e, do lado oriental, a Igreja Ortodoxa, comandada por um Patriarca. Interessante observar que até 2016, os líderes dessas duas principais vertentes cristãs jamais haviam se encontrado. O encontro entre o Papa Francisco e o Patriarca Kirill³, juntamente com o recente encontro entre Donald Trump e Kim Jon Un, podem ser considerados símbolos da aproximação entre os distintos modos de subjetividade que foram construídos historicamente no ocidente e no oriente do mundo. Tais reaproximações, a partir do campo religioso e político, são indícios de uma tendência que também se opera no campo do conhecimento. A nova razão do conhecimento está baseada na crença de que se aproximar de outros conhecimentos é melhor que descartá-los ou negá-los. Por essa razão, para melhor compreender o fenômeno jurídico e a questão da (resolução da) conflitividade é necessário dar importância para conhecimentos que não sejam apenas jurídicos.

Quê podemos nós ocidentais aprender com os orientais? Quê conhecimento podemos incorporar dos orientais? A compreensão das diferenças entre a subjetividade

³ “Planejado há anos, o encontro é um importante passo para a reaproximação após uma cisão de mil anos que dividiu o cristianismo. Segundo a agência AP, o Papa Francisco já havia afirmado que se encontraria com o patriarca Kirill “onde ele quisesse”. A reunião em Cuba foi anunciada na semana passada pelas duas igrejas. As igrejas Católica Apostólica Romana e Católica Apostólica Ortodoxa se separaram durante a Grande Cisma do Oriente, em 1054, quando os líderes das igrejas em Roma e Constantinopla excomungaram-se mutuamente. Desde então, elas divergem em uma série de assuntos, incluindo a supremacia do papa.

De acordo com a AP, a violência que ameaça extinguir a presença de cristãos - católicos e ortodoxos - no Oriente médio e na África aproximou as igrejas. Ambas têm se manifestado contra os ataques extremistas islâmicos e a destruição de monumentos cristãos, especialmente na Síria.” Conforme informações do site G1, disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/02/papa-e-patriarca-da-igreja-ortodoxa-fazem-reuniao-historica-nesta-sexta.html>>

ocidental e oriental pode ser alcançada a partir da análise de manifestações – sagradas ou profanas – de sábios, filósofos, poetas e profetas ao longo da história a nós acessível.

Do lado ocidental, a filosofia e a religião são os melhores vetores pelos quais se pode diferenciar a subjetividade ocidental da oriental. Na tradição filosófica ocidental que descende de Platão, transcender a condição animal é ser capaz de elevar o pensamento, fazendo máximo uso da racionalidade para que seja possível alcançar a verdade. No cristianismo, a iluminação é conquistada por quem aceita se submeter a Deus, que está “acima de todas as coisas” e aos seus mandamentos morais. Daí porque a postura de submissão é desenhada como uma das virtudes maiores do cristianismo ocidental. Portanto, são os elementos de racionalidade e da verdade da filosofia e de submissão da religiosidade cristã que marcam a subjetividade ocidental. Já do lado oriental, o budismo, o hinduísmo e o taoísmo são exemplos privilegiados que podem marcar diferenças entre a subjetividade ocidental e a oriental. Isso porque nos três casos, antes de afastar, aproximam-se e congregam-se aspectos sagrados e profanos, de modo que filosofia e religião não podem ser separadas no oriente como são no ocidente. Aliás, esta é uma característica marcante da subjetividade oriental: a indiferenciação entre o Eu e o seu exterior. Budismo, hinduísmo e taoísmo comungam da fórmula em que o Uno (o indivisível) é pressuposto ao sujeito, e não um destino a ser alcançado por ele.

No ocidente, tanto na filosofia quanto na religião, o sujeito deve agir, pensar e crer para, depois, experimentar a plenitude, ou seja, o Uno. Na tradição platônica e cristã, da qual descende toda teoria do conhecimento do Ocidente, o sujeito deve pensar para alcançar a Verdade, o “Uno da filosofia”; e crer para alcançar a Deus, “o Uno da religião”. Jung refere que as Universidades de Calcutá e de Benares na Índia oriental, ainda que disponham de departamentos de filosofia de grande expressão, dão ênfase principal à religiosidade hindu a partir da vasta literatura sânscrita. A iluminação no budismo não se dá por meio da submissão e da subjugação a algum Deus supremo. A palavra *budah* vem do sânscrito e significa “aquele que se despertou”. Ou seja, desperta-se por conta própria e não por se ter sido iluminado por algo ou alguém. Observando essas profundas diferenças ocidente e oriente, Jung chegou a afirmar que o povo indiano não sabia pensar, ao menos não no sentido daquilo que nós ocidentais chamamos “pensar”. O indiano, muito antes de pensar racionalmente, percebe o pensamento. Portanto, será a percepção, e não a

racionalidade, que marcará uma das principais diferenças da subjetividade oriental para a ocidental.⁴

Se comparamos a Bíblia, livro sagrado do cristianismo ocidental, com o I-Ching, livro sagrado do taoísmo chinês, observamos mais uma vez a diferença entre a racionalidade ocidental e a percepção oriental. Ou: do lado ocidental a submissão ao texto sagrado, e, do lado oriental a autonomia sobre o texto sagrado. Na medida em que as parábolas bíblicas narram histórias e fazem delas uma espécie de cartilha de condutas morais a partir da razão, sempre com o intuito de normatizar condutas; as mensagens do I-Ching não respeitam o princípio de causalidade, mas sim o princípio de sincronicidade⁵. De modo geral, pode-se compreender este princípio do oráculo chinês como avesso à lógica de causa-e-efeito. Para consultar o I-Ching, por exemplo, é necessário jogar varetas ou moedas e deixar que o acaso, como expressão da não-razão, determine qual dos hexagramas servirá de suporte às angústias do consulente. Na Bíblia, a passagem do bom samaritano no Evangelho de Lucas é um exemplo claro de como a subjetividade ocidental, diferente da oriental, está baseada no princípio da causalidade. Nessa narrativa de Lucas, o homem que foi assaltado e ferido, deve seguir o exemplo caridoso do bom samaritano que o ajudou, e não o exemplo de seus ofensores cruéis. Uma consequência que deverá fomentar uma causa para que se cumpra o desígnio de Deus.

Além do modo de consulta ser oposto ao da Bíblia, no I-Ching, a construção das mensagens “válidas” deverá obedecer ao acaso das varetas e das moedas jogadas à sorte. Assim, com uma narrativa simbólica, o I-Ching é um convite à construção de sentido, diferente da Bíblia em que os sentidos já estão construídos. Em resumo, enquanto a subjetividade ocidental quer maquinar o pensamento e mantê-lo em pleno uso; a subjetividade oriental quer frear o pensamento e buscar não usá-lo. Rubem Alves, importante psicólogo brasileiro,⁶ é esclarecedor: “para os ocidentais, meditar é pensar. Para os orientais, é parar de pensar – produzir o vazio, a ausência de saberes, para fazer lugar para o saber do corpo. Os místicos, ocidentais e orientais, procuravam o vazio para ter a experiência da iluminação. Isso é incompreensível aos ocidentais. Mas Freud

⁴ Conforme JUNG, C. G. **Civilização em transição**. 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 246-251.

⁵ Sincronicidade é um conceito proposto por C. G. Jung como a manifestação de ocorrências coincidentes entre o mundo da realidade objetiva e o mundo psíquico. Consultar JUNG, C. G. **Sincronicidade**. Petrópolis, Vozes, 2008.

⁶ ALVES, Rubem. **Variações sobre o prazer**. 2a ed. São Paulo: Planeta Terra, 2015, p. 75-76.

percebeu que, mesmo contra a vontade, o vazio acontece repentinamente: a isso ele deu o nome de *lapsus*, ou ato-falho.”

Enquanto o oriente engloba na sua noção de totalidade o escuro, imagem arquetípica do inconsciente – veja-se para tanto o tradicional símbolo de *Yin e Yang* –; o Ocidente, com o platonismo e o cristianismo negou essa dimensão arquetípica. Assim, o ocidente construiu sua subjetividade e suas principais teorias do conhecimento expurgando a dimensão *Yin*, representativa de elementos como o feminino, o inconsciente, o inferno e o efêmero. Em razão dessas diferenças é que a história da subjetividade ocidental foi construída a partir de um certo desprezo em relação ao Oriente.⁷ Ainda é comum entre os ocidentais desprezar fenômenos que não tenham explicação racional e científica, expulsando-os para fora do paraíso das verdades. Este é um fato importante: em nosso “DNA” ocidental está contida uma repulsa ancestral em relação ao oriente. No limite, a individualidade ocidental conduza a repulsa à diferença. E isso seja, talvez, a maior lição que os orientais venham dando a nós ao longo da história.

DESAMPARO ORIGINÁRIO E METAFÍSICA OCIDENTAL

A sensação de desamparo pode ser experimentada física, emocional ou espiritualmente. Informações sagradas e profanas dão conta de atestar que a sensação de desamparo, redescrivendo o momento de separação entre mãe e filho depois do parto, é uma das primeiras da experiência humana. Já no Gênesis, primeiro livro do Antigo Testamento, o ser humano é expulso do paraíso e submetido à sensação de desamparo depois da desconexão com Deus. O legado cristão reza que, depois da “queda”, o desamparo é a primeira sensação experimentada pelo ser humano. Não deve ser desprezado o fato de que foi o conhecimento do bem e do mal a causa da “queda” e da sensação primordial de desamparo. Nascer é ser jogado em um mundo de ambivalências como são o bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto. Daí porque o nascimento é marcado por uma violência, ou seja, a violência de não pertencer mais ao estado de unidade uterino em que essas ambivalências não existem. A consciência dos pares de opostos que marcam a ambivalência humana é causa da perda da sensação de completude, de unidade, de comunhão, enfim, do amparo e da segurança oferecidos pelo útero

⁷ Conforme SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 97.

materno. Do ponto de vista psicológico, conforme desenvolvido por Otto Rank no livro *O Trauma do Nascimento*, não existe nascimento sem trauma.

Todas essas fontes sagradas e profanas concluem o mesmo: amenizar a sensação de desamparo é a primeira necessidade tanto de nosso corpo físico quanto de nosso corpo psíquico. Para Freud é a ambivalência entre razão e emoção, ou seja, entre a lei e o desejo, que causa mal-estar. A partir dessa visão, a lei nasce a partir da contenção dos desejos. Como expressão do desejo contido e recalçado, a lei, fundada a partir da interdição operada pela figura paterna, funciona como uma espécie de fiscalizadora, que cobra com sentimento de culpa sua transgressão. Essa construção subjetiva será reproduzida no plano externo a partir das religiões e dos sistemas de governo, desde as tribos arcaicas até as sociedades contemporâneas.

O desamparo faz com que tenhamos a necessidade psicológica de colocar algo ou alguém no lugar simbólico do Pai de carne e osso, que necessariamente fenece e morre. Na medida em que percebe-se que o pai de carne e osso enfraquece, envelhece e morre, a angústia ante o desamparo iminente, faz com que o sujeito coloque alguém imortal no lugar do pai que sucumbe ao tempo. Daí porque Freud irá dizer que Deus e as religiões são ilusões criadas pelo ser humano para suprir a necessidade psicológica de desamparo.⁸ Legendre⁹ mostrará, por exemplo, como o Estado e o juiz ocupam o vazio do corpo psíquico deixado pelo Pai fundador ausente. O instinto psicológico que automaticamente busca ocupar este lugar referencial do Pai encontra eco já nas sociedades primitivas. Freud observa que entre aborígenes australianos e outros povos arcaicos, o totem, representado por um animal sagrado, ocupava o lugar reitor do Pai a partir da morte do ancestral mais velho do clã.¹⁰ A seguir veremos como se desenvolveu a subjetividade no ocidente a partir de Platão, pai da filosofia ocidental.

a. Platonismo antigo

A filosofia de Platão nasce como antídoto contra os sofistas gregos. Os sofistas ficaram conhecidos na Grécia antiga pelo bom uso da retórica, utilizada com intuito de convencer cidadãos nos debates políticos da polis grega. A urgência por um arranjo

⁸ Conforme FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

⁹ LEGENDRE, Pierre. **O Amor do Censor: ensaio sobre a ordem dogmática**. Tradução Aluísio Pereira Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária: Colégio Freudiano, 1983, p. 88.

¹⁰ FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**. 1a ed. São Paulo – Cia das Letras, 2012, p. 20.

filosófico capaz de resolver a questão da insegurança e do desamparo, que estava no cerne da filosofia dos sofistas, fez nascer o modelo platônico de pensamento, que se propunha a encontrar a verdade usando a razão, afinal, o convencimento dos sofistas podia levar ao erro, ao engano e à mentira.

O essencialismo e o idealismo, conceitos chave do pensamento platônico, estruturaram um dos trinômios fundamentais da subjetividade ocidental, a saber: o Bom eterno, o Belo eterno e o Justo eterno. Para Platão, a eternidade só poderia ser alcançada através de modelos espirituais ou abstratos, já que a natureza material e corpórea, submetida à inconstância dos cinco sentidos, não seria capaz de revelar Verdade sobre o Bom, o Belo e o Justo eternos.¹¹ Assim é que Platão oferece com sua filosofia, constructos capazes de re-ligar o homem, naturalmente mutável e desprovido de certezas, ao reino das formas, capaz de oferecer estabilidade, certeza, segurança e, por fim, a Verdade.

Em *O Nascimento da Tragédia*¹², Nietzsche demonstra que a tragédia grega antiga, marcada por um certo equilíbrio entre as polaridade apolíneo-dionisíaco, foi superada a partir de Platão. Com o fim da tragédia grega, Dionísio, representante da imanência terrena (desejos, paixões, vontades etc.), passa a ser considerado símbolo do equívoco e da incerteza humana, cópia deformada da Verdade do mundo das formas e das ideias, enfim, erro, engano, mentira. Visto como o erro dos deuses, o caráter dionisíaco afastou-se das pretensões de Verdade do platonismo e, assim, permaneceu literalmente “de fora” do lugar em que foi gestada a consciência ocidental a partir de Platão. É o ato de elevar as forças de Apolo ao patamar de verdade que faz com que Nietzsche critique a consciência que se desenvolve a partir do modelo de pensamento proposto por Platão.

b. Cristianismo medieval

A insegurança e o desamparo, como se viu, foram motivações para a criação de um modelo de pensamento que apostava mais no mundo abstrato das ideias do que no mundo corpóreo dos cinco sentidos. Conforme Gianetti, “o desprezo e a mortificação do corpo estão no cerne da religião ocidental, que fez de um instrumento de tortura romano – a cruz – o seu símbolo-maior”. O desprezo ao corpo pelo cristianismo representa a supremacia de

¹¹ Para compreender os principais conceitos de Platão, consultar: GAARDER, Jostein. **Mundo de Sofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 93-109.

¹² Conforme NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Ed. Escala, 2007.

um modelo de subjetividade que transformou boa parte das pulsões, não só erros, como também pecados. A proibição de determinada conduta indica, por si só, que existe dificuldade para que seja cumprida, ou seja, revela um desejo que deve ser contido.

O estabelecimento de um “cânone de virtude impossível”¹³, a partir de uma restrição corporal inumana, passa a normatizar a moral e, conseqüentemente, também o sentimento de culpa. Tal neurose coletiva, a partir dos efeitos patológicos da restrição dos instintos, gerou, por exemplo, a epidemia de pedofilia entre padres católicos, conforme retrata *Spotlight* (2015), vencedor do Oscar de 2015 e o filme espanhol *O Clube* (2015). Platão, no entanto, não preponderou porque foi mais inteligente, astuto ou melhor que os demais. A Igreja nascente, assim como selecionou os evangelhos que viriam a compor a Bíblia no Concílio de Niceia, também selecionou, entre a vasta filosofia profana da antiguidade, a estrutura de pensamento que pudesse justificar sua estrutura teológica. Daí porque, muito depois, Nietzsche viria a afirmar que o cristianismo é um platonismo para as massas. A dualidade da Cidade de Deus e da Cidade dos Homens em Agostinho, no início da Idade Média, recria a dualidade platônica entre o Mundo da Aparência e Munda das Ideais e das Essenciais. Por outro lado, o confessionário cristão como purgatório, como ponte capaz de purificar os cristãos pecadores para torna-los cidadãos legítimos da cidade dos homens. A evocação da propriedade da cartilha da Verdade, tornou poderosa a Igreja a partir do que Foucault chamou de dispositivos de controle. Assim é que o confessionário passa a controlar, através de uma lealdade subjetiva incorporada à consciência ocidental pela Igreja, não só o espaço privado, como a própria consciência.

c. Contratualismo moderno

É com Lutero, já na fase escolástica do medievo, que problematiza-se o dogma da verdade cristã. Lutero é – talvez sem intenção – quem reaviva a racionalidade da antiguidade na medida em que problematiza a interpretação da Bíblia, forçando a consciência religiosa, no final da Idade Média, partindo da dúvida própria da escolha, seguir ou negar a interpretação tradicional ou a nova anunciada por Lutero, naquilo que, depois, se transformaria no luteranismo. A partir de Lutero, a consciência e a razão serão os instrumentos capazes de responder a dúvida sobre a melhor interpretação das

¹³ Expressão de GIANETI, Eduardo. **Trópicos Utópicos**. 1a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2016, p. 135.

Escrituras. Desse modo é que Lutero é preambular para o projeto racionalista moderno. É com ele e com a elevação da razão como instrumento capaz de eliminar a dúvida sobre a melhor interpretação das escrituras que o humanismo volta ao debate europeu nos séculos XV e XVI.

Se os anseios de proteção pelo desamparo, projetados já nas sociedades primitivas por meio dos Totens, na antiguidade com o Mundo das Formas Eternas e, no medievo, no Céu Cristão, acabaram enfraquecidos a partir da problemática luterana, a noção de Estado, tal qual ainda hoje a concebemos, veio justamente para ocupar o lugar que pertencera a totens, às ideais e ao Deus dos cristãos. Substitui-se o ente moral unificador divino pelo Estado e pela Norma escrita. Assim como na relação edipiana (vide Capítulo 2) o Pai tem a função de romper a relação incestuosa entre a mãe e o filho, também o Estado, na medida em que ocupa este lugar normatizador, originalmente paterno, funciona como o controlador do prazer que a satisfação plena e desenfreada das pulsões oferece. Estabelece limites ao caos e à barbárie. Trata-se da castração simbólica que a interdição paterna realiza no sujeito que deseja dar vazão às suas pulsões.

Em última instância, a Lei, como expressão exterior e objetiva do interdito paterno, subjetivo e interno, não apenas submete por imposição como é desejada justamente para arrefecer o sentimento originário de desamparo. Essa relação de sujeição é, portanto, uma relação desejada e amorosa. O amor à submissão tem como resultado o conforto psíquico da sensação de segurança e proteção. Não sem razão que, ainda hoje, acredita-se que a normatividade estatal é capaz, por si só, de reestabelecer a “paradisíaca” sensação psíquica de proteção. É por isso que “a lei apresenta-se como ressonância da palavra do pai imaginário”. É a partir dessa constatação que será possível compreender as causas e os efeitos psicológicos que atravessam a relação de dependência entre o ser humano e a necessidade de normatividade, própria ou não do Estado.¹⁴ Tal dependência psicológica é claramente notável no caso dos *Amish* na América do Norte. Depois de uma educação

¹⁴ Consultar PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **A lei: uma abordagem a partir da leitura cruzada entre direito e psicanálise**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 401-404. A autora afirma que ao transpor a análise psicanalítica da lei “para o exame das montagens jurídicas próprias à tradição romano-medieval, constata-se que estas, antes de priorizarem a distinção de um limite simbólico próprio para os seres humanos, investem, ao contrário, na representação santificada de uma autoridade que atua justamente para preencher o vazio mais cruel do sujeito, ou seja, a falta que faz dele o único responsável pela caução das falas, poderes e norma que organizam a sua vida. Estabelecer a correspondência entre esses dois planos permite constatar, por fim, que a lei, forjada a partir desse legado, veicula os expedientes necessários para manter operantes os símbolos originários, os quais, com o aval dos juristas, continuam a garantir com verossimilhança o lugar-tenente do pai imaginário”.

conservadora, patriarcal e hierárquica, os filhos desse grupo de religiosos cristãos deixam, por volta dos 16 anos, a comunidade, a fim de passar por experiência que são proibidas no grupo de origem, como dirigir, ir ao cinema, tomar álcool e até usar drogas. A grande maioria, algo em torno de 80%, decide por retornar à comunidade e seguir sua tradição, mantendo o conforto do amparo de sua comunidade em que os interditos são claros e estabelecidos.

O enfraquecimento do poder da Igreja Católica a partir de Lutero forjou novas formas de organização e de coerção social. Tais culminaram nas chamadas teorias contratualistas, em que súditos deveriam ceder parte de suas liberdades para o soberano para que este pudesse garantir a segurança e a harmonia social. A toda evidência, em Hobbes, o abandono é o do cidadão que, já sem o guia luminoso do farol de Deus, busca salvaguarda no Deus imanente, materializado na figura do Rei e, depois, dos chefes de Estado, concepção vigente até nossos dias. Se por um lado o contrato social clássico, pensado por Hobbes, evita o abandono com a promessa da lei positiva, por outro, estimula o abandono do homem em relação a si mesmo, na medida em que estimula o servilismo, a massificação e o ideal de subjugação. Freud retomará Hobbes ao afirmar que “a tarefa principal da cultura” e do Estado, como seu corolário, é nos defender contra a natureza”¹⁵ Toda a cultura tem de ser construída sobre a coerção e sobre a renúncia aos impulsos primordiais como o incesto, o canibalismo e o “prazer” de matar. Freud dirá: “Faz parte do desenvolvimento de nossa cultura que a coerção externa, seja ela de Deus ou do Estado, seja gradativamente internalizada.” É por meio de uma difusão sem explicação aparente que o caráter sagrado “se alastrou de algumas poucas proibições importantes para todas as demais instituições, leis e prescrições culturais”¹⁶. Assim, observa-se que tanto a figura de Deus, quanto do Estado são, do ponto de vista psicológico, ajustes do psiquismo para amenizar a sensação primordial de desamparo.

CONCLUSÃO

Observou-se que a construção da subjetividade ocidental foi realizada como justificativa inconsciente para suprir a necessidade psicológica de amparo. Assim, o ocidente criou mecanismos metafísicos de sentido para amenizar o trauma do desamparo,

¹⁵ Conforme FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 39.

¹⁶ FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 2013, p. 105.

muito bem retratados no trabalho de Otto Rank (Trauma do Nascimento). O desamparo originário, que remonta o fatídico momento de separação entre mãe e filho após o parto, instaura uma marca no psiquismo coletivo que estrutura, via linguagem, os sistemas de sentido que marcaram o desenvolvimento do mundo ocidental. A partir da análise do platonismo, conclui-se que através da busca pela verdade idealizada por meio da razão, a filosofia antiga pós-Platão erigiu entidades que pudessem garantir certa estabilidade psicológica com vistas a satisfazer o desejo de segurança decorrente do desamparo. Daí porque os ideais de bondade, beleza e justiça ficaram marcados na subjetividade ocidental e serviram de fundamento teórico dos sistemas de sentido cristão e contratualista que se seguiram.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Variações sobre o prazer**. 2a ed. São Paulo: Planeta Terra, 2015.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

_____. **Totem e Tabu**. 1a ed. São Paulo – Cia das Letras, 2012.

GAARDER, Jostein. **Mundo de Sofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIANETI, Eduardo. **Trópicos Utópicos**. 1a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

JUNG, C. G. **Civilização em transição**. 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Sincronicidade**. Petrópolis, Vozes, 2008.

LEGENDRE, Pierre. **O Amor do Censor: ensaio sobre a ordem dogmática**. Tradução Aluísio Pereira Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária: Colégio Freudiano, 1983,

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**. São Paulo: Ed. Escala, 2007.

PHILIPPI, Jeanine Nicolazzi. **A lei: uma abordagem a partir da leitura cruzada entre direito e psicanálise**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.